

E se envelhecer não fosse um drama?



Gustavo Sugahara

Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Isto não precisa e não deve ser assim. Se «viver é envelhecer», por quanto tempo pretendes viver? Como pretendes usufruir destes dias? Queres ser sujeito das políticas ou simplesmente estar sujeito às políticas? As respostas a estas e outras perguntas são questões fundamentais para alargar a reflexão sobre o envelhecimento, ajudando a encontrar mais e melhores motivos para a ação.

Nota prévia: Este artigo foi escrito antes da pandemia causada pelo Coronavírus. Ainda não é claro qual a extensão do impacto demográfico, mas não há indícios de que vai alterar as tendências de longo prazo discutidas ao longo do artigo. Cabe ainda um repúdio aos inúmeros casos de figuras públicas (um pouco por todo o mundo) que publicamente sugeriram que os serviços de saúde deveriam estabelecer limites de idade para prestação de cuidados e, noutros casos, que a pandemia trará benefícios económicos ao eliminar alguns dependentes do Estado.

Viver mais: Uma conquista global sem precedentes

Durante o já distante verão de 2003, uma onda de calor atingiu a Europa, resultando num elevado número de mortes [1], na sua maior parte pessoas mais velhas vivendo isoladas em centros urbanos. Na altura, a escala da tragédia conseguiu colocar o tema do isolamento involuntário de muitos idosos no topo da agenda política.

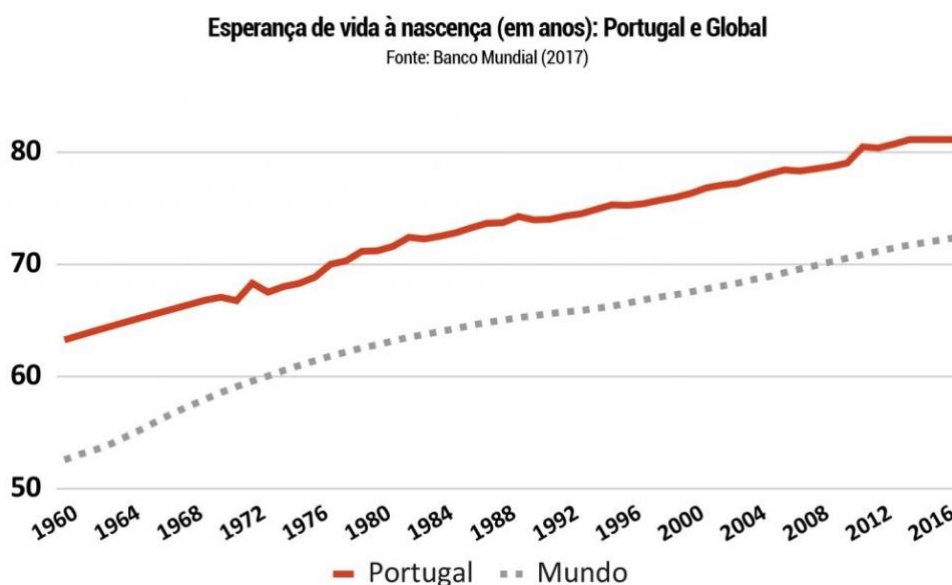
Falou-se sobre a acelerada urbanização, sobre o envelhecimento populacional, sobre mudanças climáticas, pobreza, e em particular sobre a vulnerabilidade das pessoas mais velhas no centro dos sistemas de bem-estar social mais

avançados do mundo. No entanto, se havia alguma esperança de mudanças profundas do ponto de vista político, estas foram devidamente solapadas pela crise financeira de 2008.

O envelhecimento populacional é uma mudança em escala global, nunca antes vista. Já alterou e vai continuar a alterar decisivamente a vida de todos nós, independentemente da idade. Apesar disto, o debate público sobre o envelhecimento continua a estar virtualmente restrito ao tema das pensões e dos cuidados de saúde. Algo que não surpreende, tendo em conta a hegemonia do discurso catastrofista sobre a velhice.

Diversas organizações nacionais e internacionais têm tentado marcar a agenda política com uma perspetiva mais ampla. O alinhamento de diversos órgãos das Nações Unidas e da União Europeia em torno do discurso do “Envelhecimento Ativo” é um bom exemplo disto e pode ser visto como uma conquista (cada vez mais próxima de uma vitória de Pirro). Infelizmente ainda há pouco para comemorar.

A falta de uma perspetiva partilhada sobre o que é o envelhecimento ativo tem, na prática, resultado em políticas bastante contraditórias, muitas vezes limitadas ao binómio saúde e reformas. Supervalorizando assim uma “velhice moderna” e “produtivista”, onde os velhos, preservados biologicamente e com boa saúde, passam a ter a obrigação de devolver à sociedade o investimento que esta fez, através de mais anos de trabalho.



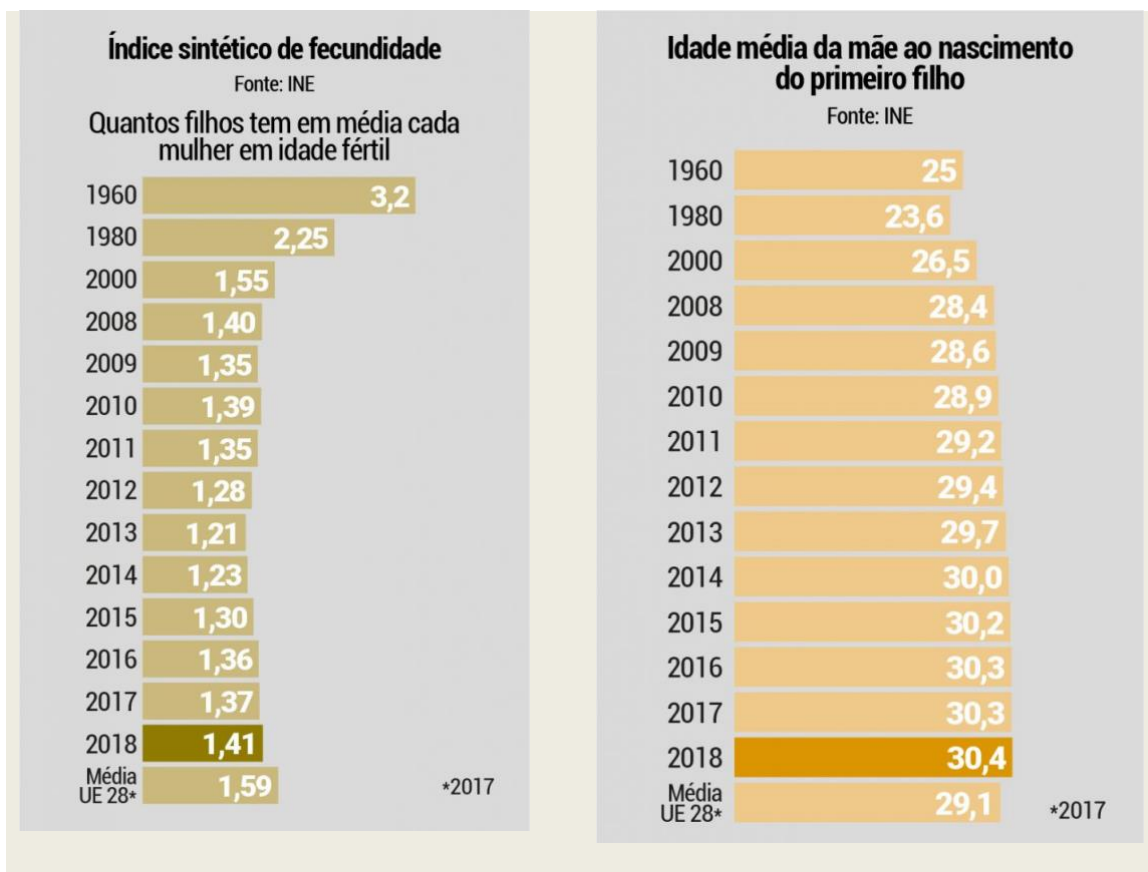
Ao deslegitimar certos modos de envelhecer, cria-se um imperativo que dita a prescrição da maneira correta de se envelhecer. Passamos a olhar a velhice como uma só, responsabilizando os sujeitos pelo próprio fracasso ao se afastarem das prescrições do bem viver, desconsiderando outros aspectos fundamentais como, por exemplo, género e a classe social.

O principal desafio para as políticas públicas é reafirmar a existência de diferentes maneiras de envelhecer, recentrando o debate demográfico em torno da ideia de solidariedade intergeracional. É preciso enfatizar a possibilidade de criamos coletivamente outra relação com a velhice e reverter a tendência de precarização do envelhecimento. Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Isto não precisa e não deve ser assim.

A Revolução da Longevidade

Um dos primeiros passos nesta direção é reconhecer que sabemos pouco sobre esta mudança. O simples facto de estarmos a viver este fenómeno pela primeira vez na história da humanidade deveria ser suficiente para nos reprimir a soberba. Em 1920, a esperança de vida à nascença em Portugal era próxima dos 36 anos. Em 2020 os novos portugueses já esperam viver, em média, mais 44 anos (80 no total). Para além disto, é importante destacar que ao completar os 60 anos, os portugueses vivem em média mais 24 anos, dos quais aproximadamente 18 em boa saúde.

Esta impressionante mudança demográfica observada em Portugal e no mundo fica ainda mais evidente se tomarmos em conta um período mais alargado da história. De facto, a maior parte da história humana é caracterizada por uma longevidade estagnada nos 40 anos. Durante muitos séculos, a humanidade estava adaptada para uma vida “curta”, baseada em altos níveis de natalidade e mortalidade. Um padrão que só seria quebrado com os desenvolvimentos advindos da Revolução Industrial.

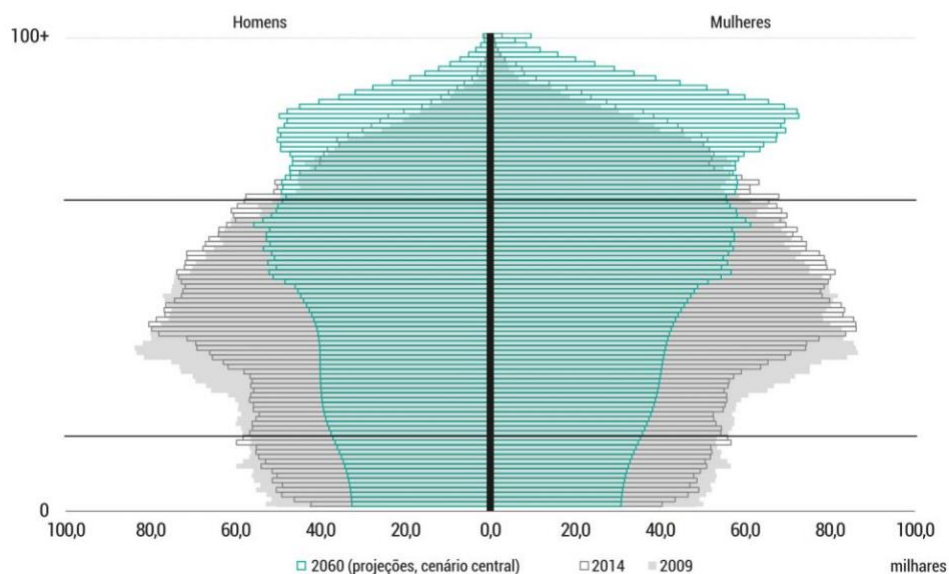


Tão importante quanto a possibilidade de viver mais, é o facto da estrutura da sociedade ter mudado. A proporção de indivíduos com 60 ou mais anos em relação ao total da população já é superior a 27 por cento e as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que esta mesma proporção cresça para 35 por cento já em 2030 (cerca de 1 em cada 3 residentes).

Estas mudanças advêm fundamentalmente de dois movimentos com impactos no topo e na base de uma imaginária pirâmide, que no passado representava a estrutura etária da população portuguesa: uma larga base de crianças e jovens, que se afunilava em direção ao topo onde se encontrava uma pequena parcela de indivíduos mais velhos.

Pirâmides etárias, Portugal, 2009, 2014 e 2060 (projeções, cenário central)

Fonte: INE



A principal alteração na base foi a redução na mortalidade infantil e na fecundidade média. Vale a pena lembrar que para além de terem menos filhos, as mulheres portuguesas também têm tido o seu primeiro filho cada vez mais tarde na vida. Com implicações diretas na estrutura da população corrente, mas também futuras, visto que implica em maiores taxas de famílias que involuntariamente não têm filhos ou têm menos filhos do que o desejado.

Importantes intervenções de saúde pública, como a promoção de hábitos de vida mais saudáveis, a expansão dos serviços sanitários, e outros desenvolvimentos na área da medicina, como as vacinas e os antibióticos, deram o grande impulso para a redução da mortalidade.

Mais recentemente, intervenções específicas, como as cardiovasculares, têm sido apontadas como principais responsáveis pelo aumento da longevidade na população mais velha. Em resumo, a população tem envelhecido porque passamos por grandes mudanças, tanto do ponto de vista da saúde pública e melhoria das condições socioeconômicas em geral, mas também em relação à composição e organização das famílias.

Entender a origem desta mudança ajuda-nos também a reconhecer que a conquista da longevidade implica alterações com repercussões socioculturais em todo o percurso da vida. Basta olharmos para as nossas famílias e compararmos, por exemplo, o número de filhos que cada geração teve, ou a mudança na proporção entre avós e netos. Lembrando ainda que esta grande mudança ocorre num período de intensa urbanização e transformações nas normas sociais, como, por exemplo, o crescente número de famílias monoparentais, divórcios e reconfigurações familiares diversas.

Qual o papel desempenhado por cada indivíduo nessas relações? O que fazer com os quase vinte anos adicionados à vida? O que fazer com aqueles que não conseguiram, puderam ou quiseram caber no «modelo positivo de envelhecimento»? Ainda faz sentido organizarmos as sociedades em torno de atividades exclusivas e segmentadas, como na típica estrutura tripartida: aprendizagem durante a infância, trabalho durante a vida adulta e aposentadoria na velhice?

Como vão as famílias se reorganizar? Que novas possibilidades de relacionamento serão criadas, e como devemos responder a estas novas necessidades? Como lidar com expectativas afetivas de amparo quando filhos únicos não têm como atender às necessidades parentais? Debater o envelhecimento populacional é, portanto, fundamental porque, num período relativamente curto de tempo, este fenómeno tornou obsoletas instituições que demoraram séculos para se consolidar e promoveram verdades enredadas a emoções.

Combater o idadismo e a precarização da velhice

Diversos acontecimentos políticos recentes tiveram a questão do envelhecimento populacional como pano de fundo [2]. Desde logo, é importante lembrar que a população mais velha, em particular os reformados, foi provavelmente o alvo preferencial das políticas de austeridade aprofundadas no seguimento da crise de 2008. Os cortes nas pensões e a aprovação de políticas, destinadas a reduzir os gastos com os sistemas de previdência, passaram a ser um dos pilares do receituário económico aplicado por toda a Europa. Entre as manifestações públicas de larga escala e com visibilidade global que mais chamaram a atenção recentemente, pelo menos duas, Chile e França, centram-se na questão dos cortes nas pensões.

Outro exemplo são os resultados das últimas eleições no Reino Unido e a suposta clivagem entre gerações. Este argumento foi amplamente utilizado por analistas políticos, quase ao ponto de nos sugerir que há algum mecanismo biológico que faz com que o indivíduo, ao envelhecer, se torne automaticamente mais conservador.

Neste ponto cabe ressaltar que as expectativas, as crenças e o conjunto de suposições que fazemos sobre o envelhecimento, sobre as pessoas idosas ou sobre o “ser velho”, não têm apenas profundo impacto na construção coletiva da velhice, mas também afetam diretamente as condições de vida das pessoas, em termos de saúde, emprego, e oportunidades em geral.

Estes estereótipos influenciam não somente as nossas decisões individuais, mas também afetam diretamente a nossa performance. Para além das barreiras concretas impostas pelos estereótipos, há ainda o risco de uma adesão inconsciente dos próprios indivíduos, passando a agir, portanto, de acordo com as expectativas.

Inspirada na expressão inglesa “ageism”, o idadismo é o nome que se dá em português ao fenómeno da discriminação com base na idade, em particular em relação às pessoas mais velhas. O termo ainda é controverso e pouco utilizado, mas tem vindo a ganhar corpo tanto no debate público como na investigação académica. É importante lembrar que este tipo de preconceito atinge diferentes idades e também implica em estereótipos positivos. O idadismo tem um paralelo claro com outros “ismos” (ex.: racismo, sexismo), no sentido em que expressa uma construção negativa do envelhecimento, produzida de forma complexa tanto ao nível individual quanto social.

A perda de uma visão integral do envelhecimento contemporâneo, favorecendo formas de pensar e ações fragmentadas, e a forma como o envelhecimento é tratado no debate político têm uma influência particularmente importante nesta construção. Não só pelo facto de marcarem a agenda, mas também por produzirem mudanças concretas na vida de cada pessoa e por influenciarem diretamente as relações interpessoais. O debate em torno das idades da reforma (voluntária e compulsiva), e o direito da família, são provavelmente os melhores exemplos disto.

O discurso que opõe os mais jovens e os mais velhos é um grande equívoco. Não há nenhuma evidência que confirme a ideia de que o envelhecimento populacional tem impacto negativo na economia. Tampouco que corrobore a ideia de que os direitos conquistados pelas gerações anteriores limitam as oportunidades dos mais jovens. Em muitos casos, é justamente graças ao apoio mútuo, em particular dos cuidadores informais, que conseguimos evitar tragédias sociais maiores.

Os mais jovens estão certamente mais vulneráveis no atual contexto de precariedade generalizada. Vidas precárias fatalmente resultarão numa velhice precária, não apenas do ponto de vista do trabalho e dos rendimentos, mas também do ponto de vista relacional. No entanto, é importante recordar que a precariedade tem também impactos diretos e indiretos nas condições de vida, oportunidades e decisões dos outros membros da família.

Estas são algumas das razões que fazem da discussão em torno do envelhecimento um tema fundamental para todas as gerações, obrigando-nos a repensar o nosso modo de vida presente e futuro. Que perspetivamos sobre o papel do cuidador (o nosso e dos que estão à nossa volta) perante a fragilidade temporária, ou permanente, que inexoravelmente virá a sobrecarga das famílias com a própria sobrevivência e um paradigma dominante de privatização das políticas para o fim da vida, onde os mais velhos não são os protagonistas das próprias decisões?

Se «viver é envelhecer», como afirmou Simone de Beauvoir (1908-1986), por quanto tempo pretendes viver? Como pretendes usufruir destes dias? Queres ser sujeito das políticas ou simplesmente estar sujeito às políticas?

As respostas a estas e outras perguntas não são simples e não trazem receitas de fácil aplicação. No entanto, são questões fundamentais para alargar a reflexão sobre o envelhecimento que estamos a viver, ajudando a encontrar mais e melhores motivos para a ação¹.

Notas

[1] As estimativas variam entre 30 e 70 mil mortes e danos estimados em 13 mil milhões de euros.

[2] A análise da influência das alterações demográficas no cenário político não é particularmente nova. O movimento de Maio de 1968 e a Primavera Árabe, são dois exemplos onde a entrada de um contingente particularmente grande de jovens num mercado de trabalho estrangulado e sem grandes perspetivas foi apontada em ambos os casos como sendo um dos principais fatores de influência no momento e na escala de ambos os movimentos.

Data de recebimento: 20/05/2020; Data de aceite: 20/05/2020

Gustavo Sugahara – Colaborador Associado do IESE em Maputo (Moçambique) e Membro Associado do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL. Mestre em Economia e Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (2010), Lisboa, e bacharel em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Escreve sobre envelhecimento e as relações com a economia em Moçambique, Portugal e Noruega. E-mail: gustavo.toshiaki@gmail.com. Artigo publicado na revista [Esquerda](#).

¹ Agradeço os comentários e sugestões de Ruth Lopes e André Beja.